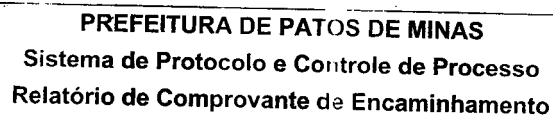


En



N° Proc.: 2017/007966 13:01

<b>Contribuinte</b>	INTELLIGENTIA & ATTITUDE LTDA	<b>CPF</b>	3176905000105
<b>Rua / Av</b>	R. JOAO XXIII	<b>Numero</b>	222
<b>Complemento</b>		<b>CEP</b>	
<b>Bairro</b>	SANTA MARIA		
<b>Cidade</b>	Patos de Minas - MG		
<b>Tipo de Processo</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
<b>Assunto</b>	LICITAÇÕES EM GERAL		
<b>SubAssunto</b>	APRESENTAÇÃO DE RECURSOS		
<b>Contato</b>	(34)3292-3900 -		
<b>Identificação</b>			
<b>Justificativa</b>	APRESENTAÇÃO DE RECURSO		

**Requerimento:**      ☐ Deferido    ☐ Indeferido    ☐ Arquivado

## Observação

GERÊNCIA DE PROTOCOLO E INFORMAÇÃO

1



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS –  
MINAS GERAIS

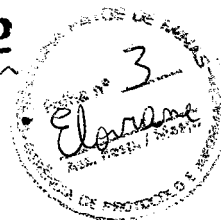
Concorrência nº : 03/2017

### INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO

LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF 03.176.905/0001-05, estabelecida na Av. João XXIII, 222, Bairro Santa Maria, CEP 38.408-056, Uberlândia-MG, neste ato representada por seu sócio Adriano Gomides Santos, inscrito no CPF sob o n. 967.036.526-00 e RG n. MG7.659.235 PC/MG, residente e domiciliado na Av. Nicomedes Alves dos Santos, 4550, Casa 14, Bairro Morada da Colina, CEP 38.411-106, em Uberlândia/MG, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal e nos termos do item 13.1 e 13.2 do Edital de Concorrência nº 03/2017 e do art. 109, I, “a”, da Lei 8.666/93, interpor

## RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a r. decisão lavrada na Ata de Recebimento dos Invólucros 1, 2, 3 e 4, realizada em 19/05/2017, que acabou por inabilitá-la no procedimento licitatório em virtude de “ter apresentado o invólucro lacrado”, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:



## A – DOS FATOS SUBJACENTES

A empresa ora Recorrente participou do certame em discussão, cujo objeto é a contratação de 01 Agência de Publicidade para prestação de serviços técnicos de publicidade, visando a elaboração de projetos e campanhas da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

Acudindo ao chamamento desse Município de Patos de Minas, para o certame licitacional sufragado, a Recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que apresentou o invólucro 1 lacrado, em desconformidade ao sub-item 8.2.1 do edital, que assim dispõe, vejamos:

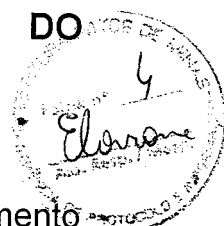
*“O invólucro n. 1 deverá estar sem fechamento e sem rubrica*

Ocorre que, conforme será discorrido em linhas abaixo, não há que prevalecer a presente inabilitação, haja vista a literal violação as normas legais, bem como as próprias disposições contidas no edital. É o que cumpre, inicialmente, relatar.

## B – DAS RAZÕES DA REFORMA

Nos termos abaixo discorridos, não há que prevalecer a decisão que inabilitou a Recorrente, requerendo, desde já, o presente Recurso seja provido.

## B.1 – DO LACRE DO INVÓLUCRO 1 PELO SETOR DO PROTOCOLO MUNICIPAL



A empresa Recorrente credenciou-se no procedimento licitatório de Concorrência pela qual o Município de Patos de Minas, através de sua Comissão Permanente de Licitações, ora Recorrida, objetiva a seleção de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de publicidade.

Atendendo às Condições Gerais constantes do Edital nº 03/2017, Processo 148/2017, a Licitante Recorrente apresentou toda a documentação necessária à Habilitação, objeto do Invólucros nº 1, 2, 3 e 4.

Ocorre que, na ocasião da apresentação dos envelopes, o setor de protocolo LACROU o envelope das três empresas desclassificadas no certame, conforme constou na Ata de Recebimento dos Invólucros, vejamos:

*“O representante da empresa INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA., Sr. Orestes Gonçalves de Oliveira, representante formalmente credenciado pela agência no certame, ponderou que o Setor de Protocolo lacrou os envelopes (invólucro 1) das três empresas desclassificadas e que anexou o envelope junto ao protocolo.*

Pois bem. Aqui já constatamos a primeira irregularidade do certame, haja vista que o lacre do envelope, o qual, frisa-se, estava sem fechamento conforme consta no edital, foi lacrado pelo próprio setor de protocolo do Município de Patos de Minas, o que ocorreu



com três empresas, nos levando a crer o interesse em beneficiar algumas empresas em detrimento de outras.

Portanto, a irregularidade apontada, que levou a inabilitação da Recorrente não há que prevalecer, haja vista que o lacre do invólucro, o qual, repisa-se, estava devidamente sem lacre por parte desta empresa Recorrente, foi fechado junto ao Setor de Protocolo do Município, não havendo, por via de consequência, em que se falar em violação ao edital.

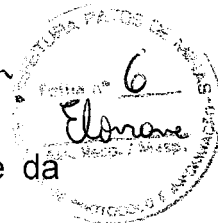
## **B.2 – DO ASPECTO MERAMENTE FORMAL E DA AUSÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA LISURA DO CERTAME**

Em complemento a situação exposta no tópico anterior, o fato do lacre do envelope 1 [reitera-se: feito pelo SETOR DE PROTOCOLO e não pela Recorrente], constitui aspecto meramente formal do certame, o que por óbvio não vem por comprometer a lisura do mesmo.

Acerca do tema, imperiosa se faz a transcrição do disposto no item 12.4 do Edital, veja-se:

*“Aspectos puramente formais nas Propostas e nos Documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes poderão ser relevados pela Comissão, se constantes dos documentos submetidos à análise e julgamento da Subcomissão Técnica, por esta subcomissão, desde que não firam o entendimento da proposta e ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.”*

Nesse diapasão não pairam dúvidas: aspectos meramente formais não levam a inabilitação e consequente



desclassificação dos licitantes, o que deverá ser relevado por parte da Comissão Permanente de Licitação.

O lacre feito no invólucro 1 não comprometeu a lisura do feito!!! Principalmente pelo fato de que o fechamento foi realizado pelo Setor de Protocolo do Município, o que se faz prova! Só o fato de que o Setor de Protocolo ter lacrado o invólucro comprova de maneira incólume que este chegou no Município devidamente aberto, nos termos do edital.

A situação em tela trata-se meramente de um infortúnio, por ausência de informação do setor licitante, que permitiu o lacre de invólucro que, segundo o edital, não deveria assim ser apresentado. Há que ser aplicados o princípio da razoabilidade no presente deslinde!!!

Sobre o tema, merece transcrição os julgados abaixo, *in verbis*:

*MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PROPONENTE. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA PELO CREA VENCIDO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DEMONSTRANDO QUE A IMPETRANTE POSSUÍA O REFERIDO DOCUMENTO REGULARIZADO QUANDO DA ENTREGA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO. EQUÍVOCO PRATICADO. **EXCESSO DE FORMALISMO E AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. REMESSA DESPROVIDA.** [TJ-SC - MS: 513934 SC 2008.051393-4, Relator: Cesar Abreu, Data de Julgamento: 27/05/2009, Segunda Câmara de Direito Público,*

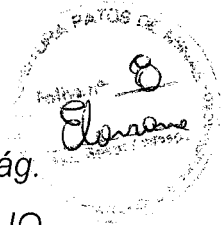
Data de Publicação: Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. , de Itajaí]

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO BÁSICO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL - STPC/DF. PROCEDIMENTO JÁ TERMINADO. PEDIDO DE ANULAÇÃO. EDITAL. EXIGÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. EXCESSO DE FORMALIDADE. INABILITAÇÃO DE VÁRIOS PROPONENTES. REVOGAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, ISONOMIA E COMPETITIVIDADE.

1. NÃO SE CONHECE DE PEDIDO DE PROSSEGUIMENTO EM LICITAÇÃO SE JÁ TERMINADO O PROCEDIMENTO, COM HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO SEU OBJETO AOS VENCEDORES. CONHECE-SE, NO ENTANTO, DE REQUERIMENTO DE ANULAÇÃO DO CERTAME EM FACE DO PREVISTO NO § 2º DO ART. 49 DA LEI Nº 8.666/93 - "A NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO INDUZ À DO CONTRATO, RESSALVADO O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 59 DESTA LEI".

2. NÃO VIOLA O EDITAL DE LICITAÇÃO ATO QUE, PAUTADO NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, ISONOMIA E COMPETITIVIDADE, REVOGA DECISÃO DE COMISSÃO QUE, POR EXCESSO DE FORMALIDADE, INABILITA VÁRIOS PROPONENTES. NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 8.666/93, A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E A SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO.

[21709520088070000 DF 0002170-95.2008.807.0000 - Órgão



*Julgador Conselho Especial - Publicação 31/08/2009, DJ-e Pág. 06 – Julgamento 14 de Abril de 2009 – Relator GETULIO PINHEIRO].*

Portanto, conforme entendimento dominante dos tribunais pátrios, desde que não cause prejuízo à administração pública, uma empresa não pode ser excluída do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas. Esse é exatamente o caso em apreço!!!

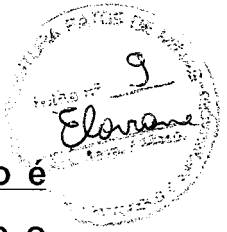
### **B.3 – DO JULGAMENTO JUCIAL DE CASO SIMILAR - PROCESSO N. 0066800-67.2013.8.21.0010**

Com base na doutrina de Hely Lopes Meirelles, que defende a ausência de formalismos em excesso, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul confirmou sentença que reconduziu uma empresa à licitação do serviço de água e esgoto de Caxias do Sul. A companhia foi excluída pela autarquia porque não colocou os documentos no envelope correto.

Nos dois graus de jurisdição, os julgadores entenderam que a decisão administrativa da autarquia se apegou de forma extrema ao formalismo, mostrando falta de boa vontade com a parte autora. E sem razão, porque nem havia a exigência de tais documentos no lançamento do edital.

O relator da Apelação em Reexame Necessário na 22ª Câmara Cível do TJ-RS, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, afirmou que a inabilitação não se mostrou razoável, notadamente por se tratar de licitação em que o foco é o menor preço. Afinal, como a





administração pública busca vantagem econômica, o fator preço é decisivo — por menor que seja. E é isso que prepondera sobre o formalismo.

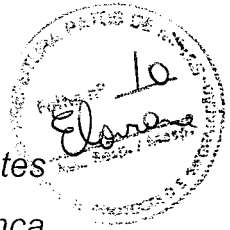
E concluiu o relator:

*"Outrossim, havendo a inabilitação de todos os licitantes, igualmente poderia ser adotada a providência prevista no artigo 48, parágrafo 3º, da Lei de Licitações [Lei 8.666/1993], com a concessão de prazo para*

Vejamos ementa do Acórdão:

REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. MOTIVO RELACIONADO À HABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA OU CONCESSÃO DE PRAZO PARA A JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO.

*O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas, como ocorre na hipótese vertida nos autos. Ultrapassada a fase de habilitação, é descabida a desclassificação em razão de motivo relacionado à habilitação, forte no § 5º do art. 43 da Lei no 8.666/93. Havendo a falta de documentação não essencial, deve a administração viabilizar sua anexação sem grande apego ao formalismo, através da conversão em diligência, na forma do art. 43, § 3º, Lei no 8.666/93, ou na concessão de prazo para a juntada, nos termos do 48, § 3º, do mesmo diploma legal,*



*mormente na hipótese em apreço, em que todos os licitantes foram inabilitados. Precedentes do TJRS e STJ. Sentença confirmada em reexame necessário. [REEXAME NECESSÁRIO - No 70062262514 (Nº CNJ: 0418814- 97.2014.8.21.7000) JUIZ(A) DE DIREITO - MOTIONTECH AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. DIRETOR DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL - COMARCA DE CAXIAS DO SUL].*

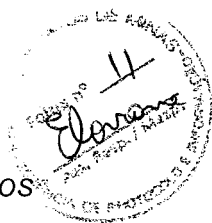
Desta feita, o entendimento predominante é que objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração.

#### B.4 – DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LICITAÇÃO

A formalidade exigida no processo licitatório em comento é excessiva, evidenciando obstáculo ao resguardo do próprio interesse público, o que fere de morte os princípios aplicáveis a licitação.

A conduta do agente público responsável mostra-se absolutamente irregular, desatendendo aos princípios da licitação, não podendo prevalecer de forma alguma, haja vista que acabou frustrando, senão restringindo, a competitividade do certame, o que é expressamente vedado pela Lei 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, I, vejamos:

*“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será*



*processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.*

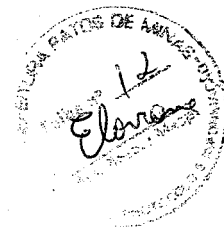
§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato".** (Grifos nosso)

Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irrelegável na licitação.

Celso A. Bandeira de Mello afirma que "o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis pôr razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento".

Autorizando que o setor de protocolo lacrasse o invólucro 1 e utilizando exatamente esse fato para desclassificar e inhabilitar a Recorrente, a Comissão Permanente ora Recorrida acabou por incorrer num favorecimento e, ao mesmo tempo, penalizou as demais concorrentes.



Indubitavelmente, também em razão disso, não foi mantido o caráter competitivo do certame, acabando por transformar o procedimento em instrumento de privilégio, ferindo, assim, o princípio da impessoalidade.

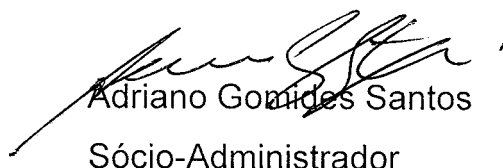
Em resumo, a irregularidade na conduta da Comissão de licitação ao designar os membros de seu setor de protocolo [que lacrou o invólucro que segundo o edital deveria estar sem fechamento] e a desclassificação da Recorrente por esse fato, gera latente excesso de formalismo, violação aos princípios norteadores do processo licitatório e ainda mais latente a irregularidade da situação aqui apontada, o que está devidamente consignado em ata.

## C – DOS PEDIDOS

Em face das razões expostas, a Recorrente requer desta *mui* digna Comissão Permanente de Licitação, o provimento do presente Recurso Administrativo para reconsiderar a r. decisão proferida na Ata de de Recebimento dos Invólucros 1, 2, 3 e 4, de 19 de maio de 2017 com base em todo o despendido, e julgar procedente as razões ora apresentadas, declarando-a Habilitada à Concorrência nº 03/2017 por satisfazer todos requisitos previstos no Edital de Licitação.

Nestes termos, pede deferimento.

Uberlândia, 25 de maio de 2017.

  
Adriano Gomes Santos  
Sócio-Administrador

Intelligentsia & Attitude  
Comunicação Ltda  
CNPJ: 03.176.905/0001-05  
ATTITUDE